

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO**  
**PÚBLICA**

**Lilian Martins**

**Precarização do Trabalho Docente na Educação: Análise do Alto**  
**Número de Professores Não Habilitados**

**Belo Horizonte**  
**2023**

**Lilian Martins**

**Precarização do Trabalho Docente na Educação: Análise do Alto  
Número de Professores Não Habilitados**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Especialização em  
Gestão Pública da Universidade Federal de  
Minas Gerais como requisito parcial para  
obtenção do Certificado de Especialista.

Orientador: Professor Alexandre de Padua  
Carrieri

**Belo Horizonte  
2023**

Ficha catalográfica

M386p  
2023

Martins, Lilian.

Precarização do trabalho docente na educação [manuscrito] : análise do alto número de professores não habilitados / Lilian Martins. – 2023.

1 v.

Orientador: Alexandre de Padua Carrieri.

Monografia (especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.  
Inclui bibliografia.

1. Administração. 2. Gestão pública. I. Carrieri, Alexandre de Padua. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração. III. Título.

CDD: 658



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE APOIO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - CAED  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

## ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**LILIAN MARTINS, Nº. DE REGISTRO: 2022706174**

Às 22:00 horas do dia 28 do mês de setembro de dois mil e vinte e três, reuniu-se remotamente, por meio de mídias digitais, a Banca Examinadora indicada pelo Coordenador do **CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**, do Programa de Pós Graduação em Gestão Pública da UFMG, constituída pelo Prof. Dr. Alexandre de Padua Carrieri (Orientador) e pelos Prof.es Eduardo Amat Silva e Leticia Drummond Rezende, para julgar o trabalho final intitulado "**Precarização do Trabalho Docente na Educação: Análise do Alto Número de Professores Não Habilitados**", requisito parcial para a obtenção do Graude ESPECIALISTA EM GESTÃO PÚBLICA.

Abrindo a sessão, o Orientador Prof. Dr. Alexandre de Padua Carrieri, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final de Curso, passou a palavra à estudante, para a apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pela Banca Examinadora, com a respectiva defesa da estudante. Logo após, a Banca Examinadora reuniu-se, sem a presença da estudante e do público, para julgamento e expedição do resultado final.

Pelas indicações a aluna foi considerada **APROVADA com RESSALVAS**.

Prof. Dr. Alexandre de Padua Carrieri (Orientador)

Prof. Dr. Eduardo Amat (Membro da Banca Examinadora)

Profa. Me. Leticia Drummond Rezende (Membro da Banca Examinadora)

### **NOTA FINAL: 95 pontos**

Considerações finais da banca examinadora:

Não escrever em 1ª pessoa. Formatar o texto conforme diretrizes. SUMÁRIO: corrigir numeração e ordenação das subseções. INTRODUÇÃO: fundamentar afirmações apresentando referências de outros trabalhos que as corroborem (ver comentários no trabalho); seção muito longa

O resultado foi comunicado publicamente à estudante pela Banca Examinadora. Nada mais havendo a tratar o Orientador Prof. Dr. Alexandre de Padua Carrieri encerrou e lavrou a presente ATA, que será assinada digitalmente por todos os membros participantes da Banca Examinadora.

A Coordenação do Curso de Especialização em Gestão Pública comunica que a aluna terá até 60 (sessenta) dias para apresentar a monografia corrigida, a partir da data de Defesa.

Belo Horizonte, 28 de setembro de 2023.

Prof. Dr. Antônio Artur de Souza - Coordenador do curso de Especialização em Gestão Pública.

Prof. Dr. Alexandre de Padua Carrieri (Orientador CEPEAD/FACE/UFMG)

Prof. Dr. Eduardo Amat (Membro da Banca Examinadora Unihorizontes)

Profa. Me. Leticia Drummond Rezende (Membro da Banca Examinadora CEPEAD/FACE/UFMG)



Documento assinado eletronicamente por **Leticia Drummond Rezende, Usuário Externo**, em 15/12/2023, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre de Padua Carrieri, Professor do Magistério Superior**, em 18/12/2023, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Artur de Souza, Professor do Magistério Superior**, em 19/12/2023, às 12:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Amat Silva, Usuário Externo**, em 22/12/2023, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2907431** e o código CRC **9C792162**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE APOIO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - CAED  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

## FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME: **LILIAN MARTINS**, Nº. DE REGISTRO: **2022706174**

TRABALHO FINAL: “**Precarização do Trabalho Docente na Educação: Análise do Alto Número de Professores Não Habilitados**”.

Trabalho de Conclusão da Especialização apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pública, do Programa de Pós-graduação em Gestão Pública, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

**APROVADA** em 28 de setembro de 2023, pela Banca Examinadora constituída pelos Membros:

Prof. Dr. Alexandre de Padua Carrieri (Orientador CEPEAD/FACE/UFMG)

Prof. Dr. Eduardo Amat (Membro da Banca Examinadora Unihorizontes)

Profa. Me. Leticia Drummond Rezende (Membro da Banca Examinadora CEPEAD/FACE/UFMG)



Documento assinado eletronicamente por **Leticia Drummond Rezende, Usuário Externo**, em 15/12/2023, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre de Padua Carrieri, Professor do Magistério Superior**, em 18/12/2023, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Artur de Souza, Professor do Magistério Superior**, em 19/12/2023, às 12:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Amat Silva, Usuário Externo**, em 22/12/2023, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2907475** eo código CRC **A390E2F1**.

---

**Referência:** Processo nº 23072.277550/202371 SEI nº 2907475

## **Agradecimentos**

Queridos familiares, amigos e mentores,

Neste momento de realização, minha gratidão transborda. Este trabalho, fruto de dedicação e aprendizado, é também um testemunho do amor que compartilhamos. Cada passo foi inspirado pela presença constante de vocês em meu coração e pensamentos, impulsionando-me a crescer e buscar conhecimento incansavelmente.

Nossos laços familiares são minha âncora e força motriz. Com carinho, dedico a vocês o esforço e empenho que culminaram nessa conquista. Aos amigos queridos, sua presença e apoio foram fundamentais nesta jornada acadêmica, sustentando-me nos momentos desafiadores.

Este trabalho reflete o apoio e amor que recebi, tornando-se uma contribuição coletiva. Que ele simbolize nossas conexões profundas, a importância da amizade e o amor incondicional entre pais e filhos, assim como entre amigos próximos.

Deixo a vocês o meu amor e gratidão por suas presenças neste momento especial.



## RESUMO

O presente trabalho aborda a problemática relacionada ao elevado contingente de professores atuando na educação de forma precária no estado de Minas Gerais, sem a devida habilitação para o exercício da função. A pesquisa investiga as implicações dessa realidade no cenário educacional, com foco na qualidade do ensino e na formação adequada dos estudantes. Por meio de uma revisão da literatura, o estudo analisa as diversas perspectivas de autores que discutem essa questão, identificando convergências e divergências em suas abordagens. A partir dessa análise, o trabalho busca compreender as causas e consequências dessa problemática e apresenta possíveis soluções para enfrentar os desafios relacionados à formação docente e à valorização dos profissionais da educação em Minas Gerais. A pesquisa contribui para o debate sobre políticas educacionais e sugere medidas para melhorar as condições de trabalho dos professores e, conseqüentemente, promover uma educação mais qualificada e inclusiva no estado.

**Palavras-chave:** Educação; Precariedade; Habilitação; Formação docente; Qualidade do ensino; Inclusão educacional; Políticas educacionais; Condições de trabalho; Ensino público; Desafios educacionais; Formação inadequada; Impactos na aprendizagem.

## **ABSTRACT**

This abstract addresses the issue related to the high number of teachers working precariously in the education system in the state of Minas Gerais, Brazil, without the proper qualifications for their roles. The research investigates the implications of this reality on the educational landscape, with a focus on the quality of teaching and the adequate development of students. Through a comprehensive literature review, this study examines various perspectives from authors who discuss this matter, identifying both convergences and divergences in their approaches. Building on this analysis, the paper seeks to comprehend the causes and consequences of this issue, and proposes potential solutions to confront the challenges pertaining to teacher education and the appreciation of education professionals in Minas Gerais. The research contributes to the discourse surrounding educational policies and suggests measures to enhance working conditions for teachers, consequently fostering a more qualified and inclusive education within the state.

**Keywords:** Education; Precariousness; Qualifications. Teacher education; Teaching quality; Educational inclusion; Educational policies; Working conditions; Public education; Educational challenges; Inadequate training; Learning impacts.

## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1      Escolaridade dos docentes dos Anos Iniciais do Ensino fundamental –  
Brasil – 2018-2022
- Gráfico 2      Indicador de adequação da formação docente para os Anos Iniciais do  
Ensino Fundamental, segundo a Disciplina – Brasil – 2022
- Gráfico 3      Escolaridade dos docentes dos anos Finais do Ensino Fundamental – Brasil –  
2018 – 2022
- Gráfico 4      Escolaridade dos docentes do Ensino Médio – Brasil –2018 – 2022

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1	Autorizações para Lecionar – 2018
Tabela 2	Autorizações para Lecionar – 2019
Tabela 3	Autorizações para Lecionar – 2020
Tabela 4	Autorizações para Lecionar – 2021
Tabela 5	Autorizações para Lecionar –2022
Tabela 6	Autorizações para Lecionar Minas Gerais - 2018 -2022
Tabela 7	Quantitativo de PEBS e PEBD em Minas Gerais - 2013 - 2022

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
E-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
PEBD	Professor de educação Básica Habilitado
PEBS	Professor de educação Básica Não Habilitado
SEEMG	Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
SIAUT	Sistema de Autorizações
SISAP	Sistema de Administração de Pessoal
SYSADP	Sistema de Designação de Pessoal

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	11
2. REVISÃO DA LITERATURA .....	16
2.2 Precarização do Trabalho .....	19
3. METODOLOGIA.....	21
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	25
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	39
REFERÊNCIAS .....	43

## 1. INTRODUÇÃO

Neste estudo, iremos investigar a questão preocupante relacionada à presença significativa de docentes sem habilitação no sistema educacional, com ênfase nas implicações dessa situação no Estado de Minas Gerais. Além disso, examinaremos as causas desse fenômeno, suas repercussões no processo de ensino-aprendizagem, bem como as medidas e políticas públicas em vigor ou necessárias para enfrentar esse desafio educacional.

Soares, em seu artigo “A educação como socialização em Émile Durkheim”, narra que, para Durkheim, a educação teria como função substancial transmitir o legado sociocultural de um determinado contexto, tendo como resultado um processo de socialização que possibilitaria a constituição do que ele denomina de “ser social”. Assim seria pressuposto que a Educação desempenhe um papel fundamental no desenvolvimento de uma sociedade, pois seria por meio dela que os indivíduos adquiriram conhecimentos, habilidades e valores essenciais para a sua formação integral. A formação educacional para os indivíduos seria, então, necessária para a estruturação da sociedade e, especialmente, para a promoção da inclusão social. Em essência, o aprendizado escolar seria uma das formas de evolução do ser humano como alguém mais tolerante e consciente de suas ações em relação aos demais.

Neste contexto, estima-se que o professor, como agente desse processo educacional, possua formação adequada para melhor condução de seu desempenho. Thatiana Segundo em sua tese de mestrado intitulada “O papel da afetividade no ensino-aprendizagem: abordagem do docente que influencia positivamente ou negativamente a aprendizagem” (PUC-SP, 2007), destaca os elementos que podem favorecer a aprendizagem do estudante, tal como: a oferta de aulas envolventes e descontraídas que despertem o interesse do aluno; a prontidão em esclarecer as dúvidas do aluno; a disposição para explicar quantas vezes forem necessárias até que o aluno compreenda; a sugestão de exercícios que facilitem a compreensão do conteúdo; a abertura para responder às perguntas do aluno; a adoção de linguagem acessível ao aluno; a incentivação da participação ativa do aluno; a realização de aulas expositivas; o estímulo ao pensamento crítico do aluno e a promoção da formação de grupos na sala de aula.

Segundo essa educadora, um professor eficaz é aquele que facilita a aprendizagem, ou seja, que é capaz de conduzir a aula de forma a explicar de maneira clara, tornando-a cativante através do uso de estratégias variadas e atividades dinâmicas; que flexibiliza as aulas, permitindo a participação ativa do aluno, promovendo atividades em grupo, trazendo

informações contemporâneas relacionadas ao conteúdo, propondo exercícios que favoreçam o entendimento do aluno, fomentando debates, competições, estudos de campo e eventos culturais, tornando, assim, o processo de aprendizagem prazeroso para o aluno. Muitas experiências positivas não dependem apenas das relações interpessoais entre professor e aluno, conforme observado por Thatiana Segundo (2007), mas também pela maneira como a política pedagógica é planejada e implementada pelo professor. Portanto, reconhece-se a importância das escolhas pedagógicas feitas pelo professor desde a fase de planejamento; daí a importância de uma boa formação do corpo docente.

No entanto, no âmbito do estado de Minas Gerais, conforme dados apresentados em alguns sites, como o Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais, o E-SIC( Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão), nos últimos dez anos, verifica-se uma realidade preocupante: um grande número de professores trabalha na educação de forma precária, sem a devida habilitação específica para a função. Amostras que exemplificam essa situação de precariedade, também são encontradas em sistemas de uso interno da SEE/MG (Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais), Como SIAUT (Sistema de Autorizações) e SYSADP (Sistema de Designação de Pessoal) que traz informações de todo quadro de pessoal da rede estadual de ensino.

Essa ausência de profissionais devidamente qualificados, habilitados para ministrar os componentes curriculares, leva o Estado a buscar soluções precárias, contratando professores formados em outras áreas, muitas vezes realizadas em caráter emergencial, para suprir a demanda nas escolas. Isso pode ser evidenciado através de procedimentos adotados pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais (SEE/MG), que anualmente publica uma Resolução que dispõe sobre critérios e define procedimentos para inscrição e classificação de candidatos ao Cadastro de Reserva para convocação temporária ao exercício de funções do Quadro do Magistério das Unidades de Ensino da Rede Estadual do Estado de Minas Gerais. Atualmente a que está vigente é a Resolução SEE nº 4.773, de 04 de outubro de 2022.

Tal medida pode acarretar em possíveis prejuízos para a qualidade do ensino e para a formação apropriada dos estudantes. Essa condição pode refletir uma carência estrutural no sistema educacional e trazer consigo uma série de problemas que afetam diretamente o ensino e aprendizagem dos alunos, os quais verificam-se ao longo desse trabalho.



Cruz e Costa, afirmam em seu artigo “A Importância da Formação Continuada e sua Relação com a Prática Docente. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento” que, desde o início da civilização os modos sociais, as exigências de mercado em geral vêm sofrendo muitas transformações, onde os profissionais necessitam cada vez mais de habilitação específicas e aprimoradas para exercer a função, na área da educação, pois a cada ano surgem novos desafios a serem enfrentados e o professor deve estar apto a resolvê-los.

Assim, Minas Gerais, um dos estados mais populosos do Brasil, estaria diante de desafios complexos no que diz respeito à oferta de uma educação de qualidade. Essa discussão então ganha relevância e exige uma análise aprofundada dos problemas decorrentes dessa realidade.

Uma das principais consequências da presença de professores não qualificados pode ser a baixa qualidade do ensino. Souza (2006) em seu artigo “Formação continuada de professores e fracasso escolar: problematizando o argumento da incompetência” trata do argumento da incompetência, cujo cerne afirma que a principal causa para a baixa qualidade do sistema educacional é, justamente, a incompetência dos professores.

Nesse sentido, a falta de habilitação específica comprometeria a capacidade dos docentes em transmitir conhecimentos de forma adequada e em adaptar as metodologias de ensino às necessidades individuais dos alunos. O resultado seria um ensino deficiente, que não atende aos objetivos educacionais e dificulta o desenvolvimento pleno dos estudantes.

Basso, em artigo escrito para Gazeta do Povo, afirma que essa circunstância é semelhante à da África do Sul; pequena parcela de profissionais qualificados evidencia falhas na formação de docentes no Brasil. Ele assevera ainda que a formação dos professores e a valorização da profissão são parte essencial da melhoria dos índices educacionais.

Além disso, a falta de preparo pedagógico dos professores sem habilitação específica prejudicaria a compreensão das necessidades individuais dos alunos. A formação pedagógica, desse modo, seria fundamental para que os educadores pudessem identificar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes, propor estratégias de ensino adequadas e promover uma educação inclusiva e de qualidade. Uma parte muito importante nessa formação seria a compreensão de especificidades de diversos contextos pedagógicos e por isso, para Louro, “tanto os conteúdos programados para um processo de ensino quanto às formas escolhidas para apresentá-los, devem se adequar a vários fatores”. (2012, p.18).

Nesse contexto, sem a devida preparação, os professores encontrariam dificuldades em lidar com a diversidade de perfis e necessidades dos alunos, contribuindo assim para a perpetuação das desigualdades educacionais.

Outro aspecto que seria preocupante é a defasagem do conhecimento dos professores sem habilitação específica em relação às demandas e avanços da sociedade contemporânea. Sobre isso Conceição, em seu artigo “O despreparo dos professores: um ensaio sobre um dos problemas que afeta o processo ensino-aprendizagem dos educandos” conceitua que o professor precisa estar muito bem preparado para a mediação pedagógica, pois ministrar uma aula que reúne pessoas com características, peculiaridades, saberes, culturas e realidades totalmente diferentes não é fácil como imaginamos.

Do mesmo modo, a atualização constante parece ser fundamental para que os educadores estejam preparados para lidar com as demandas do mundo globalizado, que exige habilidades e competências específicas dos profissionais. A falta desse conhecimento atualizado resultaria em um ensino desatualizado, que não dialoga com as necessidades e expectativas dos estudantes e da sociedade como um todo. E sobre isso Conceição preceitua ainda que, se o professor não está preparado para atuar dentro do processo educativo, com certeza os alunos não têm como aprender. O despreparo do professor resultaria diretamente em sérias dificuldades de aprendizagem por parte dos alunos.

Por isso, parece ser de extrema importância investigar os diversos fatores que influenciam a rotatividade de professores na rede pública de educação de MG. Entre esses fatores, destacar-se-iam a baixa remuneração, falta de reconhecimento profissional, condições de trabalho precárias, falta de suporte e recursos adequados, falta de oportunidades de desenvolvimento profissional e insatisfação com a gestão escolar.

Dessa forma, a precariedade na educação estaria associada à desmotivação e à alta rotatividade dos professores. A falta de habilitação específica e as condições de trabalho adversas poderiam levar os profissionais a se sentirem despreparados e sobrecarregados, afetando diretamente sua motivação e satisfação profissional. Essa desmotivação refletiria na qualidade do ensino, pois professores desmotivados têm menor dedicação e comprometimento com suas funções, impactando negativamente o aprendizado dos alunos.

Em um contexto mais amplo, a presença de professores sem habilitação específica na educação também contribuiria para a desvalorização da profissão docente. A falta de reconhecimento e valorização poderia dificultar a atração de profissionais qualificados para

a carreira, comprometendo a qualidade do ensino oferecido. Além disso, a desvalorização da profissão poderia gerar estereótipos negativos, afastando jovens talentos e comprometendo a imagem da carreira docente.

No contexto da educação em Minas Gerais, a realidade de professores, trabalhando de forma precária e sem habilitação específica, revelaria a urgência de medidas efetivas para solucionar essa problemática. O que demonstraria também a necessidade de haver investimentos na formação e capacitação dos professores, bem como a criação de políticas públicas que incentivem a atração de profissionais qualificados para a carreira docente. A valorização e a promoção de condições adequadas de trabalho seriam, desse modo, fundamentais para garantir uma educação de qualidade e o pleno desenvolvimento dos estudantes.

Diante desse cenário, o objetivo desta pesquisa é compreender as implicações e os reflexos desse cenário na qualidade do ensino, é analisar os problemas decorrentes do grande número de professores trabalhando de forma precária, sem habilitação específica, no âmbito da educação em Minas Gerais. Serão coletados dados quantitativos referentes aos últimos cinco anos (2018, 2019, 2020, 2021 e 2022) de contratação precária, que serão analisados para buscar evidências dessa realidade na qualidade do ensino e nos resultados educacionais. A coleta e análise de dados serão fundamentais para embasar as reflexões e proposições apresentadas neste estudo, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da educação no estado e para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

A análise dos dados coletados permitirá compreender as reais dimensões dessa realidade e fornecer subsídios para a elaboração de estratégias e políticas de valorização da carreira docente, promoção da formação continuada, atração de profissionais qualificados e melhoria das condições de trabalho nas escolas.

Espera-se que este estudo possa contribuir para o debate acadêmico e para a formulação de propostas concretas para enfrentar os desafios da educação em Minas Gerais. Além disso, a pesquisa busca contribuir com a sociedade, oferecendo informações relevantes para a conscientização sobre a importância da valorização dos professores e do investimento na formação docente como elementos fundamentais para a construção de uma educação de qualidade e mais inclusiva no estado.

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

A precarização do trabalho docente é um fenômeno complexo que tem sido objeto de análise por diversos pesquisadores. Este artigo busca compreender a situação específica dos professores não habilitados na educação, considerando a perspectiva histórica da precarização do trabalho e seu enraizamento no sistema capitalista. A literatura revisada aborda diferentes aspectos da precarização do trabalho, incluindo suas causas, impactos e implicações para os trabalhadores.

No contexto histórico, Góes e Souza (2015) destacam que as primeiras décadas do século XX foram marcadas por uma intensificação da exploração do trabalho, refletindo a precarização do trabalho assalariado. Nesse período, os trabalhadores eram destituídos das decisões e do planejamento de seus processos de trabalho, o que resultou em condições de penúria e exploração. Isso sugere que a precarização do trabalho tem raízes profundas na história do capitalismo, com o Estado desempenhando um papel coercitivo na perpetuação dessa precariedade.

Góes e Souza (2015) também apontam que a luta de classes desempenha um papel significativo na configuração da precarização do trabalho. O conflito entre capital e trabalho tem influenciado as condições laborais ao longo da história, evidenciando como a precarização é uma condição intrínseca ao modo de produção capitalista. Essa análise ressalta a importância de compreender o contexto social e político na análise da precarização do trabalho docente em Minas Gerais.

Franco, Ferraz e Ferraz (2023) expandem o escopo da discussão, abordando a precarização dos trabalhos uberizados. Eles destacam que essa precarização envolve a extensão da jornada de trabalho, rebaixamento dos salários, instrumentos de controle e informalização. No entanto, observam uma lacuna na literatura em relação à integração desses trabalhos precários no movimento global de valorização e apropriação privada de valor. Isso sugere que a precarização do trabalho docente pode ser parte de um fenômeno mais amplo de precarização laboral.

Vidigal (2023) aprofunda a análise da uberização do trabalho no contexto brasileiro. Ele descreve como a Uber e outras empresas semelhantes surgiram em meio ao receituário neoliberal e a recessão econômica. O autor destaca que a uberização do trabalho está enraizada em um contexto neoliberal de enfraquecimento dos direitos trabalhistas e incentivo ao empreendedorismo individual. Isso lança luz sobre a influência das políticas governamentais na precarização do trabalho docente em Minas Gerais.

Melges, Calargeb, Benini e Pacheco (2022) enfatizam que as reformas estruturais econômicas e políticas das décadas de 1970 e 1980 tiveram um impacto direto no mundo do trabalho, resultando em novas formas de precarização das condições laborais. Eles argumentam que a precariedade do trabalho não é um fenômeno novo, mas sim uma característica generalizada da relação capital/trabalho no sistema capitalista. Isso destaca como a precarização do trabalho docente é parte de uma estrutura socioeconômica mais ampla.

Castro, Canopf, Nunes e Costa (2021) fazem uma distinção importante entre trabalho decente e precarização. Eles argumentam que o trabalho decente busca promover condições de liberdade, equidade e segurança para os trabalhadores, enquanto a precarização resulta da hegemonia da lógica capitalista, levando à fragmentação e desestabilização do trabalho. Isso lança luz sobre a necessidade de se considerar o conceito de trabalho decente ao analisar a situação dos professores não habilitados em Minas Gerais.

Sobre a problemática relacionada à presença de um alto contingente de professores sem habilitação na área de educação, diversos autores abrangem de forma específica a questão, tal como Kaefer (2017), que destaca a relevância da autoridade profissional do professor, a qual se manifesta por meio do domínio dos conteúdos, dos métodos de ensino, do relacionamento com a classe e da capacidade de controlar e avaliar o trabalho dos alunos. Essa abordagem enfatiza a importância da formação específica e pedagógica dos professores.

Por sua vez, Sampaio e Marin (2004) expressam preocupações acerca do currículo e da precarização do trabalho docente, questionando a capacidade de profissionais com formação em áreas distintas ministrarem conteúdos diversos. A autora ressalta a falta de formação pedagógica e a necessidade de enfrentar realidades escolares distintas.

Na mesma linha, Passos e Oliveira (2008) apontam a falta de professores habilitados e destaca que muitos não-habilitados são estudantes de outras áreas ou profissionais formados em disciplinas não relacionadas ao que ensinam, buscando a docência como alternativa temporária. Essa problemática contribui para a precarização do trabalho dos docentes.

Enquanto Costa (2020) discute a influência da precarização do trabalho na educação, abordando a substituição de profissionais concursados por professores temporários ou com regime parcial. Ele ressalta a degradação das condições de trabalho e a insegurança econômica enfrentada pelos docentes.

Por sua vez, Pires (2021) destaca a importância da presença de profissionais capacitados, como psicopedagogos, para apoiar os professores e evitar sobrecarga. Argumenta-se que a retirada da autonomia precariza a educação e atribui a responsabilidade da precariedade da aprendizagem aos professores.

Santos (2015) questiona como um professor sem conhecimento da disciplina pode estabelecer objetivos, planejar conteúdos, propor soluções e avaliar o aprendizado dos alunos. A capacitação adequada dos professores é apontada como essencial para formar alunos capazes de utilizar o conhecimento de forma significativa.

Sobre a falta de atratividade para preenchimento dos cargos vagos de professores, Saviani ressalta que as condições precárias de trabalho não apenas dificultam a ação dos professores, mas também prejudicam sua própria formação, desestimulando a busca por cursos de formação docente e a dedicação aos estudos.

No mesmo sentido Carlotto, Câmara e Oliveira (2019) afirmam que as tensões nas relações de trabalho podem levar ao desgaste psicológico dos professores, levando ao abandono da profissão. Igualmente, Neta, Cardoso e Nunes (2021) apontam que a precarização do trabalho docente afeta negativamente o desenvolvimento profissional dos professores, levando à flexibilização, arrocho salarial, responsabilização e desprofissionalização.

No entanto, Gleglio (2019) destaca a importância de aspectos como formação profissional, remuneração, ingresso na carreira, jornada de trabalho e ambiente de trabalho para garantir a qualidade da educação.

E de forma ampla, Carvalho (2019) destaca a rotatividade dos professores como um fenômeno presente tanto no Brasil quanto em outros países, impactando o funcionamento das escolas e o desenvolvimento dos alunos. Assim como Frantz e Alves (2021) destacam que a rotatividade profissional pode comprometer os objetivos organizacionais e gerar altos custos de demissão, recrutamento e desenvolvimento de novos profissionais. Por sua vez, Pinto (2012) critica a falta de qualidade no processo de seleção de professores e a falta de preocupação dos governantes com a educação.

Na abordagem de Faleiro e Pimenta (2021), eles demonstram que os professores leigos enfrentam dificuldades na aplicação dos princípios da formação continuada em seus contextos de trabalho.

## 2.2 Precarização do Trabalho

Ao se falar em precarização do trabalho docente, é necessário antes investigar a origem da noção de precariedade laboral.

A precarização do trabalho não é um fenômeno recente, resultado de mudanças no mercado de trabalho nas últimas décadas, mas sim uma característica amplamente presente nos mercados de trabalho desde os primeiros tempos da revolução industrial. Isto é, é uma parte intrínseca da relação entre capital e trabalho, que teve apenas um período breve de proteção de cerca de trinta anos após a Segunda Guerra Mundial nos países economicamente avançados, coincidindo com o período do Estado de Bem-Estar Social.

A precariedade é, assim, um desdobramento de uma condição estrutural da relação capital-trabalho, onde a força de trabalho é tratada como mercadoria. Ela é inerente ao sistema de produção capitalista e resulta da subordinação do trabalho ao capital. Por outro lado, a precarização é um processo que emerge das lutas de classes e da dinâmica de poder entre o capital e o trabalho, situado em um contexto histórico específico (F. Martins & Lima, 2016; Mészáros, 2007; Pereira et al., 2017; Quinlan, 2012).

Segundo A. Silva e Freitas (2016), a nova fase de precarização está relacionada à reestruturação produtiva que começou nos anos 1970 e foi impulsionada pela evolução tecnológica. Para Antunes (2018), esse movimento marcou o início de uma nova era de precarização do trabalho, uma precarização sistêmica originada pelo neoliberalismo, que visa suprimir direitos sociais. Contudo, é importante notar, conforme Druck (2011) argumenta, que a precarização do trabalho é um fenômeno simultaneamente antigo e novo, diverso e similar, e não permite conclusões simplistas sobre rupturas. Isso se baseia em um processo de transformação social claro, onde a hegemonia do setor financeiro na atualidade abrange todos os aspectos da vida social, resultando em um novo modo de trabalho caracterizado pela insegurança, fragmentação e esvaziamento do conteúdo social do trabalho.

De acordo com Mészáros (2007), a nova precarização do trabalho se manifesta por meio da desregulamentação e da flexibilidade, esta última sendo um mito que ganha autonomia diante das pessoas, determinando seu comportamento.

Antunes (2018) destaca que "a flexibilização se traduz na dissolução das fronteiras entre atividade de trabalho e esfera privada, na desmontagem das leis trabalhistas, nas diversas formas de contratação da força de trabalho e na forma negada dela, o desemprego estrutural" (p. 41). Stiglitz (2012), por sua vez, considera a flexibilidade como um

eufemismo para trabalho precário. Também Antunes (2009a, 2018), Alves (2000) e Harvey (1992, 2014) enxergam a flexibilidade como elemento fundamental e estrutural das novas formas de precarização no mundo do trabalho. Assim, Mészáros (2007) utiliza o termo "precarização flexível" para descrever tal processo.

Nesse contexto, Antunes (2009a) e Faria e Kremer (2004) argumentam que o trabalho precário, caracterizado pela instabilidade, informalidade, terceirização e subcontratação, antes restrito a atividades marginais da sociedade, agora se tornou a relação predominante para diversos trabalhadores inseridos em várias cadeias produtivas. Segundo Antunes e Alves (2004), entre os trabalhadores precarizados, privados de direitos e estabilidade, a alienação e estranhamento assumem formas ainda mais intensas e brutais, resultando na perda da dimensão humana, que é encontrada na sociedade do trabalho. Pereira et al. (2017) afirmam que estamos vivendo a era da precarização, marcada pela exploração profunda do trabalhador, buscando minar a centralidade do trabalho e fragmentar os laços sociais. Para Wolff (2014), as políticas públicas atuais dos Estados nacionais servem para sustentar a acumulação capitalista em escala global, reforçando o processo de precarização do trabalho. Druck (2016) sustenta que a nova precarização do trabalho é uma estratégia do capital para dominar a classe trabalhadora. Além disso, Mészáros (2007) observa que, na busca por expansão implacável, o capital cria um sistema dinâmico e destrutivo de controle sociometabólico sob o disfarce da globalização, excluindo cruelmente grande parte da humanidade do processo de trabalho. O mesmo autor, em outra obra, adverte sobre a tentativa de enquadrar o desemprego como "estrutural", sugerindo que isso não seja um "problema", mas algo "inevitável" - uma fatalidade similar àquela mencionada por Bourdieu (1998) - uma "consequência universal do progresso tecnológico" (Mészáros, 2005, p. 33). Portanto, essa estrutura destrutiva e insustentável, por ser considerada natural, não permite uma alternativa viável para uma nova ordem social reprodutiva.

Assim, as vozes que servem ao capital buscam normalizar a estrutura de reprodução existente, argumentando que essa estrutura é gerenciada por dispositivos técnicos/econômicos neutros que suportam as formas flexíveis (Mészáros, 2005). Em resumo, apesar de a precarização estar relacionada à crise estrutural da acumulação de capital - um movimento constante de diminuição das taxas de reprodução - há um novo processo de precarização em andamento, resultante da nova configuração do regime de acumulação capitalista e da redução dos poderes dos Estados nacionais.



### 3. METODOLOGIA

Para investigar o problema do grande número de professores trabalhando de forma precária, sem a devida habilitação na rede de ensino do Estado de Minas Gerais e os fatores negativos associados, será adotada uma abordagem de pesquisa quantitativa, utilizando análise documental e revisão bibliográfica.

Para Gil (2002, p. 17) “A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não pode ser adequadamente relacionada ao problema”.

A pesquisa será de natureza descritiva, buscando realizar uma análise minuciosa e detalhada do problema dos professores atuando de forma precária na rede de ensino do Estado de Minas Gerais, identificando as principais tendências, fatores e consequências associadas a essa realidade.

Segundo Silva & Menezes (2000, p.21), “a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento”

No que diz respeito aos propósitos, a pesquisa é classificada como descritiva. De acordo com Vergara (2000, p.47), a pesquisa descritiva tem como objetivo expor as características de uma determinada população ou fenômeno, estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. A autora ressalta ainda que a pesquisa não se compromete a explicar os fenômenos que descreve, embora possa servir como base para tal explicação.

Será adotada uma abordagem quantitativa na coleta e análise de dados documentais e indicadores educacionais, buscando quantificar informações como o número de professores não qualificados e suas distribuições nas escolas. Além disso, a abordagem qualitativa estará presente na revisão bibliográfica, que permitirá compreender o contexto do problema, explorar fatores negativos e considerar as políticas educacionais vigentes. A investigação quantitativa atua em níveis de realidade e tem como objetivo trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis. A investigação qualitativa, ao contrário, trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões (Minayo & Sanches, 1993).

Conforme Cannavó (1989), a diferenciação metodológica entre as abordagens qualitativa e quantitativa é de natureza abstrata, uma vez que não leva em conta as seguintes categorias de análise: a direção do problema e os objetivos da pesquisa. Em outras palavras, as metodologias, como enfatizado por Downey & Ireland (citado por Delli Zotti, 1996), não podem ser consideradas nem apropriadas nem inadequadas até serem aplicadas a um problema de pesquisa específico.

Os dados documentais serão obtidos de fontes secundárias, como o Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais, o E-SIC( Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão), além de amostras que exemplificam essa situação de precariedade, também são encontradas em sistemas de uso interno da SEE/MG (Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais), Como SIAUT (Sistema de Autorizações) e SYSADP (Sistema de Designação de Pessoal) que traz informações de todo quadro de pessoal da rede estadual de ensino.

A pesquisa documental utiliza uma ampla variedade de fontes diversas e dispersas, sem passar por um tratamento analítico prévio, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, entre outros (FONSECA, 2002, p. 32).

Os dados coletados, tanto os documentais quanto os indicadores educacionais, serão organizados em categorias relevantes para o estudo, como número de professores habilitados e não habilitados. Quadros, tabelas ou gráficos serão utilizados para visualizar as informações de forma mais clara e objetiva. Essas representações visuais podem ajudar a identificar padrões e tendências nos dados coletados.

Os dados obtidos pelo SIAUT, sistema de emissão de autorizações da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, são fontes oficiais e confiáveis que contêm informações detalhadas sobre a quantidade de professores autorizados precariamente anualmente, nos últimos cinco anos. Esses dados são fundamentais para quantificar a dimensão do problema dos professores atuando de forma precária.

Além disso, a análise de indicadores educacionais, relevantes, fornecerão informações sobre o desempenho dos estudantes nas escolas onde esses professores atuam, permitindo estabelecer correlações entre a falta de qualificação dos docentes e os resultados educacionais.

Serão coletados dados quantitativos referentes aos últimos cinco anos (2018, 2019, 2020, 2021 e 2022) de contratação precária, os quais retratam a realidade atual no âmbito da

educação pública de Minas Gerais. Eles serão analisados para buscar evidências dessa realidade na qualidade do ensino e nos resultados educacionais.

A pesquisa combina aspectos quantitativos e qualitativos para abordar o problema de forma abrangente. A abordagem quantitativa na pesquisa refere-se ao uso de técnicas estatísticas e análises numéricas para quantificar dados e obter informações objetivas e mensuráveis.

Neste estudo, a abordagem quantitativa é adotada na coleta e análise dos dados documentais e indicadores educacionais, visando quantificar o número de professores não qualificados, analisar sua distribuição geográfica e relacionar esse fato a indicadores de desempenho educacional.

Por outro lado, a abordagem qualitativa concentra-se na compreensão do fenômeno em estudo, buscando explorar os aspectos subjetivos, interpretações e significados dos eventos. A revisão bibliográfica é uma parte qualitativa da pesquisa, pois permitirá compreender o contexto do problema, explorar fatores negativos associados à precariedade dos professores e considerar as políticas educacionais em vigor.

Ao final desta pesquisa, espera-se obter um panorama claro e embasado sobre a situação dos professores atuando de forma precária em Minas Gerais e os impactos negativos decorrentes dessa realidade na qualidade da educação. Com isso, pretende-se fornecer subsídios para a formulação de políticas educacionais que visem melhorar a formação e a valorização dos professores, promovendo uma educação de qualidade e mais equitativa no estado.

Os estudos analisados destacam como esse fenômeno é enraizado na história do sistema capitalista, com suas raízes profundas nas primeiras décadas do século XX, quando os trabalhadores eram explorados e destituídos de controle sobre seus processos de trabalho. A análise também enfatiza a importância da luta de classes na configuração da precarização do trabalho, destacando como o conflito entre capital e trabalho influencia as condições laborais. Além disso, a revisão abrange a precarização dos trabalhos uberizados e sua possível relação com a precarização do trabalho docente.

Os estudos revisados também lançam luz sobre a influência das políticas governamentais, como o neoliberalismo, na precarização do trabalho docente. Isso destaca a importância do contexto político e econômico ao analisar essa problemática em Minas Gerais.

No que diz respeito à situação específica dos professores não habilitados, a literatura revisada revela uma série de desafios, incluindo a falta de formação específica e pedagógica, a sobrecarga de trabalho, a insegurança econômica e a substituição de profissionais concursados por professores temporários.

Embora os estudos revelem um consenso sobre a existência de problemas relacionados à precarização e à falta de habilitação dos professores, eles também apontam divergências em relação às causas e consequências desses problemas, bem como às soluções propostas. Isso sublinha a complexidade do tema e a necessidade de abordagens multifacetadas e soluções contextuais.

Em suma, esta revisão da literatura fornece uma base sólida para a compreensão da precarização do trabalho docente em Minas Gerais. Ela destaca a necessidade de considerar não apenas as condições laborais, mas também os aspectos históricos, políticos e econômicos que moldam essa realidade. Essa compreensão aprofundada é fundamental para desenvolver estratégias eficazes de melhoria no sistema educacional e na qualidade da educação oferecida aos estudantes. A complexidade do tema e as divergências nas perspectivas indicam a importância contínua da pesquisa e do debate sobre esse assunto crítico para a sociedade.

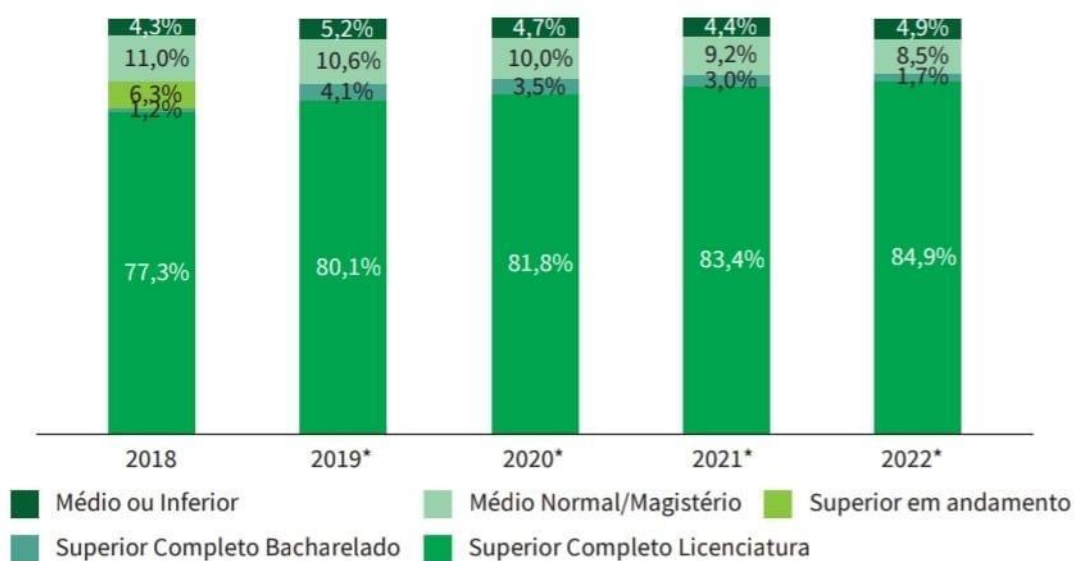
#### 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A "precarização do trabalho docente" refere-se a condições desfavoráveis que afetam os professores em seu ambiente de trabalho, bem como sua formação e remuneração. No contexto específico da educação, a precarização pode se manifestar de diversas maneiras, incluindo a contratação de professores sem a devida habilitação, que é a formação acadêmica e pedagógica necessária para exercer a docência de maneira competente.

A presença de um número expressivo de professores não habilitados levanta várias questões críticas em relação à qualidade do ensino, à desvalorização da profissão, ao impacto negativo na motivação, ao aprendizado dos alunos, a uma possível educação deficiente nos anos iniciais que pode ter um impacto negativo nas etapas subsequentes do ensino, prejudicando o progresso educacional geral.

Desse modo, inicialmente, para tratar do tema em estudo, se torna imprescindível apresentar informações sobre a formação/escolaridade dos professores da Educação Básica de Minas Gerais, que pode impactar diretamente nos resultados obtidos na qualidade do ensino oferecido pelo Estado.

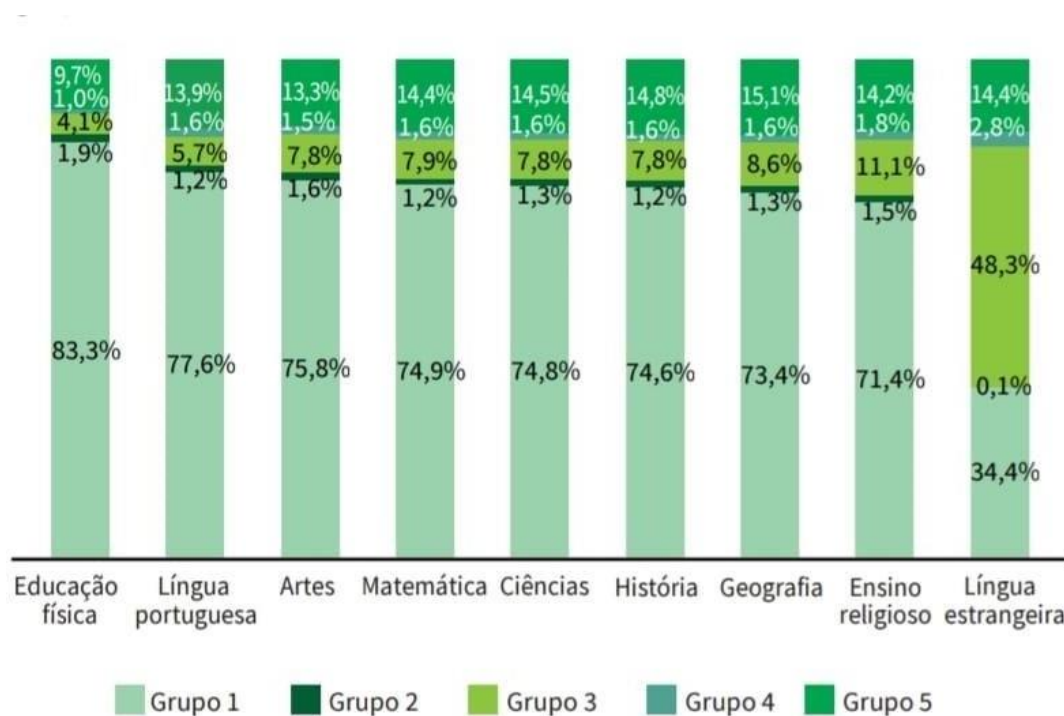
**Gráfico 1 – Escolaridade dos docentes dos Anos Iniciais do Ensino fundamental – Brasil – 2018-2022**



Fonte: Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico (Elaborado pela Deed/Inep)

Em concordância com os dados apresentados no Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica 2022, conforme exibido no Gráfico 1, observa-se a escolaridade dos docentes dos anos iniciais, 86,6% têm nível superior completo (84,9% em grau acadêmico de licenciatura e 1,7%, bacharelado), o que é positivo em termos gerais. No entanto, é preocupante que 8,5% desses professores tenham apenas ensino médio normal/magistério, o que pode impactar a qualidade do ensino nesses anos iniciais. Foram identificados ainda 4,9% com nível médio ou inferior.

**Gráfico 2 – Indicador de adequação da formação docente para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, segundo a Disciplina – Brasil – 2022**



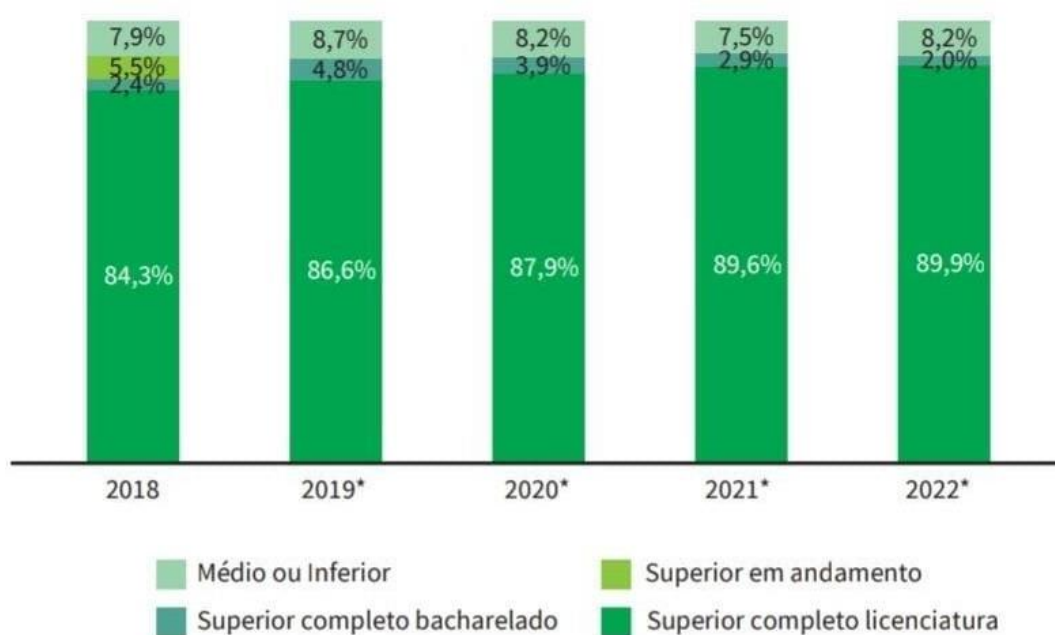
Fonte: Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico (Elaborado pela Deed/Inep)

De acordo com o Gráfico 2, pode se observar o critério de adequação da preparação do corpo docente (Fonte: Brasil, 2014b), quando se trata dos primeiros anos do ensino fundamental, a situação menos favorável é observada na matéria de Língua Estrangeira, onde somente 34,4% das classes são conduzidas por professores que possuem qualificação acadêmica superior de licenciatura (ou equivalente) no campo correspondente (grupo 1 do

critério), o que sugere uma carência de professores qualificados para lecionar essa disciplina.

Já o desempenho mais positivo no critério de adequação da preparação do corpo docente é notado na disciplina de Educação Física, com 83,3% das classes sendo ministradas por docentes categorizados no grupo 1.

**Gráfico 3 – Escolaridade dos docentes dos anos Finais do Ensino Fundamental – Brasil – 2018 - 2022**

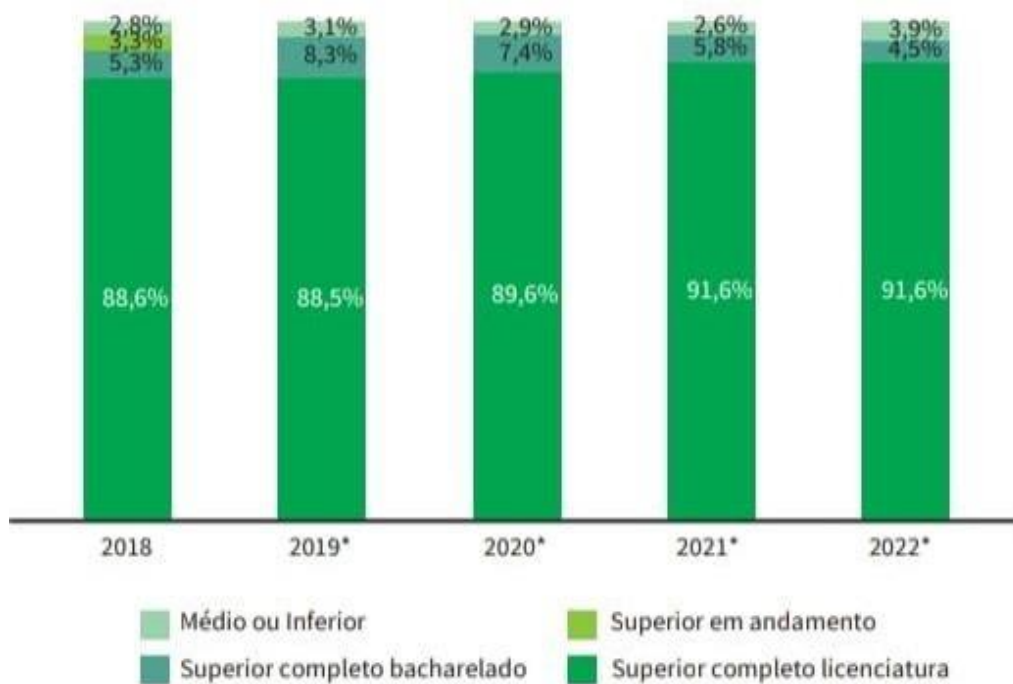


Fonte: Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico (Elaborado pela Deed/Inep)

Nos últimos anos do ensino fundamental, conforme apresentado no Gráfico 3, a situação melhora, a proporção de educadores com formação universitária completa é de 91,9% (sendo 89,9% com grau acadêmico de licenciatura e 2,0% com bacharelado).

A parcela de professores com preparo em licenciatura teve um incremento de 5,6 pontos percentuais entre os anos de 2018 e 2022, o que se mostra assertivo de modo geral.

**Gráfico 4 – Escolaridade dos docentes do Ensino Médio – Brasil –2018 - 2022**



Fonte: Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico (Elaborado pela Deed/Inep)

No Gráfico 4, dos docentes que atuam no ensino médio, 96,1% têm nível superior completo (91,6% em grau acadêmico de licenciatura e 4,5%, bacharelado) e 3,9% possuem formação de nível médio ou inferior. Essa alta proporção de professores com formação adequada no ensino médio é um bom indicativo em relação à qualidade do ensino nesse nível.

Em geral, os dados obtidos no Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica 2022 sugerem que a qualificação dos professores nos anos iniciais do ensino fundamental, especialmente em disciplinas como Língua Estrangeira, pode ser um desafio. A presença de professores com ensino médio normal/magistério nesses anos pode afetar negativamente a qualidade do ensino oferecido.

Por outro lado, nos últimos anos do ensino fundamental e no ensino médio, a maioria dos professores possui formação acadêmica adequada, o que é encorajador para o desenvolvimento da qualidade educacional nesses níveis.

A título amostral, no site Portal da Transparência, do Estado de Minas Gerais é possível filtrar pela faixa salarial, a quantidade de professores PEBD (Professor de educação Básica Habilitado) e PEBS (Professor de educação Básica Não Habilitado), do mês de maio de



2023, obtendo-se, dessa forma, o seguinte quantitativo do número de professores sem habilitação (1363) e de Professores habilitados (28003).

Essa informação pode ser uma fonte para determinar possíveis impactos na qualidade de atendimento aos discentes, tendo em vista que professores não habilitados podem não possuir o conhecimento e as habilidades necessárias para ministrar as disciplinas de forma eficaz. Isso pode resultar em uma qualidade de ensino inferior, prejudicando o aprendizado dos alunos.

Além disso, alunos que têm professores não habilitados podem enfrentar desvantagens educacionais, o que pode perpetuar desigualdades no acesso à educação de qualidade. Isso pode ter um impacto negativo nas oportunidades futuras dos estudantes.

A falta de preparo adequado por parte dos professores pode levar a um baixo desempenho acadêmico dos alunos em testes e avaliações, o que pode afetar sua trajetória educacional e profissional.

Outro fator que pode desmotivar é o fato de que professores habilitados podem se sentir desmotivados ao trabalhar em ambientes onde colegas não habilitados são contratados, uma vez que eles investiram tempo e recursos em sua formação. Isso pode levar à perda de profissionais qualificados na rede de ensino.

Do mesmo modo, a contratação de professores não habilitados pode desencorajar novos talentos a ingressar na carreira docente, visto que a habilitação adequada pode não ser valorizada.

No Estado de Minas Gerais, conforme exigência da Secretaria de Estado de Educação, para que o professor não habilitado possa atuar, é indispensável que ele possua uma Autorização Precária para Lecionar, que deve ser emitida pelas Regionais de Ensino, conforme as regras da Resolução vigente de contratação. Atualmente a Resolução em vigor é a SEE nº 4773/2022.

O relatório sobre o número de Autorizações pode ser obtido anualmente por meio do SIAUT (Sistema de Autorizações). Através dele é possível verificar o número de profissionais não habilitados para os componentes que estão disponíveis na rede de ensino do Estado de Minas Gerais. Tal informação fica restrita ao uso da SEE, pois se trata de um sistema interno de utilização exclusiva da SEE/MG.

**Tabela 1 – Autorizações para Lecionar - 2018**

<b>Mês</b>	<b>Na Regional</b>			<b>No Estado</b>		
	<b>Publica</b>	<b>Part.</b>	<b>Total</b>	<b>Publica</b>	<b>Part.</b>	<b>Total</b>
Janeiro	127	13	140	12385	921	13306
Fevereiro	82	19	101	6251	2266	8517
Março	38	36	74	3354	1380	4734
Abril	25	9	34	2433	1265	3698
Mai	20	2	22	1747	694	2441
Junho	9	5	14	1218	613	1831
Julho	19	6	25	1278	637	1915
Agosto	29	9	38	2223	1214	3437
Setembro	14	13	27	1546	909	2455
Outubro	25	3	28	1880	624	2504
Novembro	51	7	58	2905	558	3463
Dezembro	13	4	17	2790	334	3124
<b>Total</b>	<b>452</b>	<b>126</b>	<b>578</b>	<b>40010</b>	<b>11415</b>	<b>51425</b>

Fonte: SIAUT (Sistema de Autorizações) /SEE

Conforme demonstrado na Tabela 1, considerando o total de autorizações emitidas a cada mês em nível regional e estadual, observa-se que em 2018, foram emitidas um total de 51.425 autorizações no estado. Esse número representa a soma das autorizações públicas (11.415) e particulares (40.010).

Ao longo do ano, é possível notar uma variação. Em janeiro teve o maior número de autorizações no estado, com 13.306 no total. Em junho teve o menor número de autorizações, com apenas 1.831 no total.

É possível constatar uma tendência de aumento no número de autorizações de janeiro a março, seguida por uma queda gradual até junho. Após junho, há um aumento constante até novembro, seguido por uma queda em dezembro.

As autorizações públicas são muito mais comuns no estado em comparação com as particulares, que é menor, mas também mostra um aumento de janeiro a fevereiro, com uma queda gradual a partir de março até junho, seguida de um aumento até novembro e uma queda em dezembro.

**Tabela 2 – Autorizações para Lecionar - 2019**

<b>Mês</b>	<b>Na Regional</b>			<b>No Estado</b>		
	<b>Publica</b>	<b>Part.</b>	<b>Total</b>	<b>Publica</b>	<b>Part.</b>	<b>Total</b>
Janeiro	110	19	129	8757	1103	9860
Fevereiro	64	49	113	5270	2618	7888
Março	11	16	27	2139	1471	3610
Abril	23	21	44	1639	1083	2722
Maiο	23	4	27	1435	869	2304
Junho	18	3	21	1077	747	1824
Julho	16	2	18	1390	716	2106
Agosto	15	7	22	1626	1081	2707
Setembro	21	6	27	1285	781	2066
Outubro	15	13	28	1532	571	2103
Novembro	26	2	28	1719	488	2207
Dezembro	14	1	15	2371	349	2720
<b>Total</b>	<b>356</b>	<b>143</b>	<b>499</b>	<b>30240</b>	<b>11877</b>	<b>42117</b>

Fonte: SIAUT (Sistema de Autorizações) /SEE

De acordo com a tabela 2, em 2019, foram emitidas um total de 42.117 autorizações no estado. Isso representa a soma das autorizações públicas (11.877) e particulares (30.240).

A variação mensal de janeiro a dezembro nota-se a mesma tendência do ano anterior, com um aumento de janeiro a fevereiro, seguido de uma queda gradual até junho. Após junho, há um aumento constante até novembro, seguido por uma queda em dezembro. O número de autorizações particulares no estado é menor, mas também mostra um aumento de janeiro a fevereiro, com uma queda gradual a partir de março até junho, seguida de um aumento até novembro e uma queda em dezembro.

**Tabela 3 – Autorizações para Lecionar – 2020**

<b>Mês</b>	<b>Na Regional</b>			<b>No Estado</b>		
	<b>Publica</b>	<b>Part.</b>	<b>Total</b>	<b>Publica</b>	<b>Part.</b>	<b>Total</b>
Janeiro	107	7	114	8122	923	9045
Fevereiro	48	36	84	3982	2290	6272
Março	11	14	25	1460	1224	2684
Abril	0	0	0	256	246	502
Maiο	0	0	0	161	273	434
Junho	4	15	19	400	236	636
Julho	2	2	4	391	327	718
Agosto	4	1	5	352	457	809
Setembro	1	1	2	477	615	1092
Outubro	15	11	26	434	457	891
Novembro	4	5	9	510	387	897
Dezembro	3	1	4	537	497	1034
<b>Total</b>	<b>199</b>	<b>93</b>	<b>292</b>	<b>17082</b>	<b>7932</b>	<b>25014</b>

Fonte: SIAUT (Sistema de Autorizações) /SEE

Em 2020, foram emitidas um total de 25.022 autorizações no estado. Isso representa a soma das autorizações públicas (17.092) e particulares (7.930). No mês de janeiro teve o maior número de autorizações no estado, com 9.050 no total.

Abril e maio não tiveram emissões de autorizações, enquanto junho teve o menor número, com 637 no total.

A tendência ao longo do ano é diferente dos anos anteriores, com uma queda acentuada nas emissões a partir de março, seguida de dois meses sem emissões em abril e maio, e depois um aumento gradual até novembro, seguido por uma queda em dezembro.

As autorizações públicas ainda são mais comuns no estado em comparação com as particulares, mas a diferença é menor em relação aos anos anteriores.

Comparando os dados de 2020 com os anos anteriores, é evidente que houve uma mudança significativa nas emissões de autorizações durante o ano, principalmente devido à pandemia de COVID-19, que impactou o setor educacional. A queda acentuada a partir de março e os meses sem emissões em abril e maio provavelmente refletem as interrupções causadas pela pandemia.

**Tabela 4 – Autorizações para Lecionar - 2021**

Mês	Na Regional			No Estado		
	Publica	Part.	Total	Publica	Part.	Total
Janeiro	57	4	61	3935	1014	4949
Fevereiro	53	28	81	4165	1857	6022
Março	31	31	62	2615	1059	3674
Abril	18	0	18	1119	553	1672
Maio	11	2	13	650	627	1277
Junho	12	8	20	595	563	1158
Julho	13	0	13	1441	1048	2489
Agosto	20	7	27	1614	1148	2762
Setembro	14	2	16	1204	708	1912
Outubro	25	1	26	1145	918	2063
Novembro	25	1	26	1343	935	2278
Dezembro	12	1	13	1489	861	2350
<b>Total</b>	<b>291</b>	<b>85</b>	<b>376</b>	<b>21315</b>	<b>11291</b>	<b>32606</b>

Fonte: SIAUT (Sistema de Autorizações) /SEE

Em 2021, foram emitidas um total de 32.606 autorizações no estado. Isso representa a soma das autorizações públicas (21.315) e particulares (11.291).

Em fevereiro teve o maior número de autorizações no estado, com 6.022 no total.

Maio teve o menor número de autorizações, com apenas 1.277 no total.

A tendência ao longo do ano mostra variações mensais, com picos em fevereiro e quedas em maio e dezembro. No geral, a quantidade de autorizações parece ser mais consistente em 2021 em comparação com os anos anteriores.

**Tabela 5 – Autorizações para Lecionar - 2022**

Mês	Na Regional			No Estado		
	Publica	Part.	Total	Publica	Part.	Total
Janeiro	97	6	103	4804	1187	5991
Fevereiro	121	22	143	5787	2831	8618
Março	34	25	59	3158	1774	4932
Abril	32	2	34	1852	1049	2901
Mai	55	5	60	2136	1407	3543
Junho	7	1	8	911	997	1908
Julho	15	5	20	1042	1166	2208
Agosto	32	9	41	1816	1984	3800
Setembro	19	31	50	1743	1195	2938
Outubro	18	2	20	1546	905	2451
Novembro	43	5	48	1507	1160	2667
Dezembro	15	0	15	2168	722	2890
<b>Total</b>	<b>488</b>	<b>113</b>	<b>601</b>	<b>28470</b>	<b>16377</b>	<b>44847</b>

Fonte: SIAUT (Sistema de Autorizações) /SEE

Em 2022, foram emitidas um total de 44.847 autorizações no estado. Isso representa a soma das autorizações públicas (28.470) e particulares (16.377). Em fevereiro teve o maior número de autorizações no estado, com 8.618 no total. Junho teve o menor número de autorizações, com apenas 1.908 no total.

A tendência ao longo do ano mostra variações mensais, com picos em fevereiro e quedas em junho e dezembro. Similarmente aos anos anteriores, fevereiro continua sendo um mês com alta demanda por autorizações.

**Tabela 6 – Autorizações para Lecionar Minas Gerais – 2018 -2022**

Ano	Total Autorizações
2018	51425
2019	42117
2020	25014
2021	32606
2022	44847

Fonte: SIAUT (Sistema de Autorizações) /SEE

Observa-se na tabela 6 que houve um aumento notável nas autorizações concedidas ao longo dos anos, atingindo um pico de 51425 autorizações em 2018 e, posteriormente, diminuindo gradualmente até 25014 em 2020, seguido de um aumento acentuado novamente em 2022, com 44847 autorizações.

A diminuição no número de contratações precárias de professores nos anos de 2020 e 2021 pode estar relacionada à pandemia de COVID-19 e às consequentes mudanças no sistema educacional. Diversas razões podem explicar essa diminuição, tais como o fechamento das Escolas que reduziu a necessidade imediata de contratação de novos professores, já que o ensino passou a ser realizado remotamente ou de forma híbrida.

Dessa forma os Processos de Contratação foram impactados pelas restrições de movimento e medidas de distanciamento social podem ter afetado os processos de contratação, tornando-os mais difíceis de serem realizados e, conseqüentemente, reduzindo o número de contratações.

Outra informação relevante pode ser obtida no site e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão). A obtenção de dados dependerá de prévio cadastro e registro de solicitação por parte do requisitante.

Assim, ao requisitar no site o quantitativo de professores contratados PEBS, que não possuem habilitação específica para lecionar os componentes e de professores PEBD que possuem habilitação específica para lecionar os componentes, na rede estadual de Minas Gerais no período de 2013 a 2022, foram disponibilizados os seguintes dados numéricos:

**Tabela 7 – Quantitativo de PEBS e PEBD em Minas Gerais – 2013 - 2022**

ANO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>PEBS</b>	16.149	7.229	14.976	15.055	11.978	9.414	6.495	4.094	6.073	9.195
<b>PEBD</b>	24.657	14.419	20.565	36.206	28.153	23.445	23.715	24.851	22.995	25.576

Fonte: SISAP Folha: Dezembro/2013 a Dezembro/2022

De acordo com os registros no SISAP (Sistema de Administração de Pessoal) representados na Tabela 7, o número de professores PEBS mostra uma variação significativa ao longo dos anos. Houve uma queda acentuada de 16.149 em 2013 para 7.229 em 2014, seguida por uma recuperação gradual até 2018. A partir de 2018, o número de professores PEBS começa a cair novamente, atingindo 4.094 em 2020, antes de aumentar novamente para 9.195 em 2022.

Por sua vez, número de professores PEBD também varia ao longo dos anos, mas de forma menos acentuada em comparação com os professores PEBS. Houve um aumento constante de 24.657 em 2013 para 36.206 em 2016, seguido por variações menores nos anos seguintes. O número de professores PEBD permanece relativamente estável, oscilando entre 22.995 e 28.153 de 2018 a 2022.

Essa variação no número de professores PEBS ao longo dos anos pode impactar a consistência na qualidade do ensino, uma vez que a formação desses professores pode ser menos adequada.

A estabilidade no número de professores PEBD sugere uma base mais sólida de profissionais qualificados para lecionar, o que é positivo para a qualidade do ensino.

Ademais, a presença de um número expressivo de professores não habilitados pode levantar várias questões críticas, tais como a qualidade do ensino que pode ser afetada pela falta dessa formação específica do docente.

A contratação de professores não habilitados pode ser interpretada como uma desvalorização da profissão docente, pois não se pode não estar se reconhecendo a importância da formação específica para o exercício da docência.

Em geral, os professores habilitados investem tempo e recursos em sua formação, e a presença de colegas não habilitados pode afetar sua motivação e percepção de equidade.

Outra questão é que professores não habilitados podem ter dificuldades em identificar e atender às necessidades individuais dos alunos, resultando em um ambiente de aprendizado menos eficaz.

Uma educação deficiente nos anos iniciais pode ter um impacto negativo nas etapas subsequentes do ensino, prejudicando o progresso educacional geral.

A precarização do trabalho docente, neste caso representada pela presença de professores não habilitados, isso pode significar que haja a necessidade de implementação de estratégias para melhorar a formação e qualificação dos professores, aumentar a atratividade da carreira docente, criar condições de trabalho mais favoráveis e garantir que os recursos necessários estejam disponíveis.

É importante entender que o problema pode não se limitar apenas aos profissionais não habilitados, mas também pode estar intrinsecamente ligado às políticas educacionais, à formação inicial e continuada dos docentes, à valorização da profissão e ao compromisso das autoridades com a educação de qualidade.

### Quadro Resumo da Proposta de Intervenção

Elemento	Proposta
<b>Ação</b>	Melhoria das políticas de formação docente
<b>Agente</b>	Governo Estadual de Minas Gerais, Ministério da Educação, Universidades, Instituições de Ensino
<b>Modo</b>	<p>-Revisar as diretrizes curriculares dos cursos de licenciatura, incorporando práticas inovadoras e alinhadas às necessidades educacionais atuais.</p> <p>-Estabelecer parcerias com universidades e instituições de ensino para aprimorar a qualidade dos programas de capacitação e atualização dos professores.</p> <p>-Implementar programas de formação continuada para professores não habilitados, buscando sua qualificação progressiva.</p> <p>-Incentivar a participação de professores habilitados em eventos, congressos e cursos de atualização.</p>
<b>Efeito</b>	<p>-Melhoria na qualidade da formação inicial de professores, refletindo diretamente no desempenho dos alunos.</p> <p>-Aumento na qualificação de professores não habilitados, contribuindo para a redução do número de docentes sem formação adequada.</p> <p>-Maior engajamento dos professores em atividades de atualização, resultando em práticas pedagógicas mais eficazes.</p>



Elemento	Proposta
<b>Detalhamento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Elaborar um plano estratégico abrangente para melhorar a formação docente em todas as etapas da carreira profissional.</li> <li>- Definir metas claras e mensuráveis para medir o progresso e impacto das ações implementadas.</li> <li>-Equipe de especialistas em educação para revisão das diretrizes curriculares e elaboração de planos de formação.</li> <li>-Investimento em infraestrutura para suporte aos cursos de formação.</li> <li>-Recursos financeiros para custear a participação de professores em eventos e cursos de atualização.</li> <li>-Comprometimento político e governamental para implementar as mudanças necessárias.</li> <li>-Engajamento das universidades e instituições de ensino na promoção de uma formação de qualidade.</li> <li>-Estabelecer parcerias com órgãos governamentais, instituições de ensino e organizações da sociedade civil para compartilhar responsabilidades e recursos.</li> <li>- Criar um comitê de acompanhamento do projeto, com representantes de diferentes setores, para monitorar o progresso e tomar decisões estratégicas.</li> <li>-Realizar avaliações periódicas para medir a eficácia das operações</li> </ul>

	<p>implementadas e realizar ajustes conforme necessário.</p> <p>-Divulgar amplamente os resultados alcançados, compartilhando as boas práticas e lições aprendidas para disseminação das melhores abordagens.</p>
--	---

Fonte: Elaborado pelo autor

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intuito de investigar e analisar a problemática decorrente do grande número de professores trabalhando na educação do Estado de Minas Gerais de forma precária, sem habilitação específica para a função, e, a fim de compreender suas implicações e reflexos na qualidade do ensino, foi realizada coleta de informações em sites públicos e sistema interno da SEE/MG.

As análises e dados apresentados forneceram insights importantes sobre a situação da formação e habilitação dos professores da Educação Básica em Minas Gerais, bem como sobre as autorizações precárias para lecionar.

Com base nesses elementos, é encorajador notar que a maioria dos professores que atuam no Ensino Médio possui formação universitária completa, o que é um indicativo positivo para a qualidade do ensino nesse nível. No entanto, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, ainda há uma proporção significativa de professores com apenas ensino médio normal/magistério, o que pode impactar negativamente a qualidade do ensino nesses anos iniciais.

Quanto à adequação da formação por disciplina, através dos dados obtidos no Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica 2022, foi possível compreender que a qualificação dos professores nos anos iniciais do ensino fundamental, especialmente em disciplinas como Língua Estrangeira, pode ser um desafio. A presença de professores com ensino médio normal/magistério nesses anos pode afetar negativamente a qualidade do ensino oferecido.

Por outro lado, nos últimos anos do ensino fundamental e no ensino médio, a maioria dos professores possui formação acadêmica adequada, o que é encorajador para o desenvolvimento da qualidade educacional nesses níveis.

É nesse sentido que as autoridades educacionais em Minas Gerais devem observar e intensificar investimentos na formação e capacitação de professores, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental, para melhorar a qualidade da educação oferecida aos estudantes. Além disso, medidas de valorização e melhoria das condições de trabalho dos docentes podem contribuir para atrair e manter professores qualificados na rede de ensino.

No Estado de Minas Gerias, anualmente, um grande número de contratações precárias ocorre para sanar a falta de professores com habilitação específica e formação adequada.

A presença de um número considerável de professores não habilitados (PEBS) é preocupante, e essa prática pode afetar a qualidade do ensino e desvalorizar a profissão docente. É fundamental adotar medidas para reduzir gradualmente o número de professores não habilitados e garantir que todos os educadores tenham a formação adequada.

Através do quantitativo de autorizações para lecionar, emitidas pelo SIAUT ao longo dos anos, com destaque para a diminuição em 2020 e 2021, é possível ter um parâmetro do número de professores que trabalham de forma precária, o que ressalta a importância de flexibilidade nas políticas educacionais para se adaptar a situações excepcionais.

A criação de um plano estratégico abrangente que aborde todas as dimensões da precarização do trabalho docente seria recomendável, desde a formação até as condições de trabalho. Isso pode incluir programas de capacitação, aprimoramento das condições de trabalho ou a busca por alternativas criativas. Esse plano deve estabelecer metas claras e contar com a colaboração de diversas partes interessadas, incluindo governos, instituições de ensino e sociedade civil.

Assim sendo, a proposta de intervenção apresentada aborda questões fundamentais, como a melhoria das políticas de formação docente, parcerias com universidades e instituições de ensino, formação continuada e compromisso político. Essas ações podem contribuir para elevar a qualidade da educação em Minas Gerais e reduzir a precarização do trabalho docente.

Do mesmo modo, a criação de um comitê de acompanhamento e a realização de avaliações periódicas são passos cruciais para garantir que as intervenções propostas estejam produzindo resultados positivos. A transparência na divulgação dos resultados é essencial para garantir responsabilização e aprendizado contínuo.

Assim, o compromisso com a educação de qualidade pode ser percebido quando se nota que a precarização do trabalho docente não é apenas uma questão de recursos humanos, mas também está relacionada a políticas educacionais, valorização da profissão e comprometimento das autoridades com a educação de qualidade. É necessário um esforço conjunto de todas as partes interessadas para superar esses desafios.

Ademais, a ordem social resultante da nova organização das relações capitalistas afeta os serviços públicos, como a escola, de forma implacável, empobrecendo ainda mais o já precário sistema de ensino e discriminando ainda mais seus alunos, afastando aqueles que têm a mínima capacidade de pagar por uma educação em escolas privadas.

A situação atual de crise e a formação de um novo modelo de prática e currículo são indicativos da desvalorização do conhecimento e da reflexão. Isso serve aos interesses de estudos que reduzem os problemas a questões de gestão e eficiência da escola, ou à inadequação e irrelevância do currículo, enquanto a desvalorização e relativização do conhecimento acompanham o desmonte da escola pública e seguem o movimento de desvalorização das pessoas que a frequentam e trabalham nela.

Nessa linha, a revisão das políticas de formação docente parece essencial para garantir que os professores estejam adequadamente preparados para enfrentar os desafios da sala de aula. Além disso, é crucial valorizar a profissão de professor e criar condições de trabalho mais favoráveis. A presença de professores não habilitados pode afetar negativamente os resultados das avaliações educacionais do estado, o que pode ter implicações em termos de financiamento e políticas educacionais.

É fundamental que o governo estadual de Minas Gerais, o Ministério da Educação, as universidades e as instituições de ensino trabalhem juntos para melhorar as políticas de formação docente, revisando as diretrizes curriculares, estabelecendo parcerias, implementando programas de formação continuada e incentivando a participação dos professores em atividades de atualização. Além disso, é necessário um comprometimento político e governamental para garantir que as mudanças necessárias sejam efetivamente implementadas.

Esses arranjos coexistem com preocupações relacionadas à melhoria da qualidade do ensino e à superação da fragmentação do currículo, uma vez que, ao examinar as práticas curriculares dentro da escola, é possível identificar conflitos, contradições e diferenças na maneira como as escolas funcionam. A escola, como um espaço que acolhe crianças, jovens e adultos, é muito mais do que uma descrição superficial pode abranger. Envolve situações de aprendizagem e crescimento, sentimento de solidariedade e pertencimento, bem como várias iniciativas dos professores para melhorar o processo de ensino e o desempenho dos alunos, além de esforços para atualização pedagógica e reflexão coletiva sobre a prática.

Em última análise, investir na formação e habilitação adequadas dos professores é um passo essencial para garantir uma educação de qualidade e promover o desenvolvimento educacional e social de Minas Gerais. A valorização da profissão docente e o compromisso com a excelência na educação são fundamentais para construir um futuro mais promissor para os estudantes do estado.



## REFERÊNCIAS

- ALVES, G. (2000). **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo, SP: Boitempo.
- ANTUNES, R. L. (2009a). **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo, SP: Boitempo. Antunes, R. L. (2009b). **Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho?** In R. L.
- ANTUNES & R. BRAGA (Orgs.), **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual** (pp. 231-238). São Paulo, SP: Boitempo.
- ANTUNES, R. L. (2018). **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo, SP: Boitempo.
- BASSO, Murilo. **Professores sem qualificação fazem parte da realidade educacional brasileira** *Gazeta do Povo*. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/professores-sem-qualificacao-fazem-parte-da-realidade-educacional-brasileira-ech6r94m2t7t648hjmzz4vcou/> Acesso em 10 jul. 2023.
- BOURDIEU, P. (1998). **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico**. Brasília, 2023.
- CANNAVÓ, L. **Qualità e quantità: tra metodologia e sociologia della scienza**. *Sociologia e Ricerca Sociale*, v. X, n. 28, p. 35-46, 1989.
- CARLOTTO, Mary Sandra; CÂMARA, Sheila Gonçalves; OLIVEIRA, Michelle Engers Taube de. **Intenção de abandono profissional entre professores: o papel dos estressores ocupacionais**. *Revista Brasileira de Educação*, vol.24, p. 09 -11, 2019.
- CARVALHO, João Carlos de. **Rotatividade dos professores na educação básica brasileira: caracterização, fatores associados e impactos sobre os resultados dos estudantes** (2007-2016). *Acervo Digital da UFPR*, p. 17-24, 2019.
- CASTRO, B. L. G.; CANOPF, L.; NUNES, A. F. P.; COSTA, V. M. F. **Precarização ou Trabalho Decente: O Mundo Laboral em Transformação**. *Interface - Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas*, v. 18, n. 1, p. 74-101, 2021.
- CONCEIÇÃO, José Luís Monteiro da. **O despreparo dos professores: um ensaio sobre um dos problemas que afeta o processo ensino-aprendizagem dos educandos**. *Revista Educação Pública*. Disponível em: <

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/11/27/o-despreparo-dos-professores-um-ensaio-sobre-um-dos-problemas-que-afeta-o-processo-ensino-aprendizagem-dos-educandos>> Acesso em 10 jul. 2023.

COSTA, Matheus Felisberto; MUELLER, **Rafael**. **Flexibilização e precarização do trabalho docente**. *Revista de Ciências Sociais*, n. 53, p. 181-197, 2020.

CRUZ, Evandro Costa; COSTA, Deuzeli Brandão da. **A Importância da Formação Continuada e sua Relação com a Prática Docente**. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Edição 08. Ano 02, Vol. 03. pp 42-58, Novembro de 2017. ISSN:2448-0959

DRUCK, G. (2011). **Trabalho, precarização e resistência**. *Cadernos CRH*, 24(1), 37-57. doi:10.1590/S0103-49792011000400004.

FALEIRO, Wender; PIMENTA, Márcia Rodriny. **Pontos e contrapontos na atuação de professores leigos em ciências da natureza**. *Ciências em Foco*, v. 11, n. 1, 06-20, 2018.

FRANCO, D. S.; FERRAZ, D. L. S.; FERRAZ, J. M. **Economia Política da Uberização: A Exploração dos Trabalhadores conforme as Três Formas de Intermediação do Trabalho nas Empresas-Plataform**. *Organizações & Sociedade*, v. 30, n. 105, p. 367-396, 2023.

FRANTZ, Maíra Gallotti; ALVES, Thiago. **Proposta de um indicador de rotatividade docente na educação básica**. *Cadernos De Pesquisa*, p. 03-21, 2021.

GEGLIO, Paulo César. **Indicadores de formação e trabalho dos professores no Brasil: uma análise do perfil revelado pelo censo escolar 2018**. *Interfaces da Educação*, v. 12, n. 35, p. 03-23, 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 4ª Edição, 2002.

GÓES, K. R.; SOUZA, M. S. **A Precarização do Trabalho: um modo sócio-histórico da precariedade**. *Interface - Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas*, v. 12, n. 1, p. 139-155, 2015.

HARVEY, D. (1992). **Condição pós-moderna (17a ed.)**. São Paulo, SP: Loyola.

Faria, J. H., & Kremer, A. (2004). **Reestruturação produtiva e precarização do trabalho: o mundo do trabalho em transformação**. *Revista Eletrônica de Administração*, 10(5), 1-26.



- JUNIOR, Edmilson Antonio Pereira; OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Indicadores de retenção e rotatividade dos docentes da educação básica**. Cadernos de Pesquisa, 46(160), p. 03-09, 2016.
- KAEFER, Maria Terezinha. **Da intenção a ação: avanços e retrocessos na Educação de Jovens e Adultos na rede estadual do RS no período de 1999 a 2008**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, SP: Atlas, 2003.
- LOURO, G. L. Currículo, gênero e sexualidade - O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 43-53.
- MINAS GERAIS (MG). Secretaria de Estado de Educação. **Resolução nº 4.773**, de 04 de outubro de 2022. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/wp-content/uploads/2023/01/4773-22-r-public.-05-10-22.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2023.
- MELGES, F.; CALARGE, T. C. C.; BENINI, E. G.; PACHECO, A. P. C. **A nova precarização do trabalho: um mapa conceitual**. Organizações & Sociedade, v. 29, n. 103, p. 652-680, 2022.
- MÉSZÁROS, I. (2007). **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo, SP: Boitempo.
- NETA, Abília Ana de Castro; CARDOSO, Berta Leni Costa; NUNES, Claudio Pinto. **Desenvolvimento profissional e precarização do trabalho docente: perspectivas e (des)continuidades**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, vol. 16, núm. 3, p. 04 -16, 2021.0
- SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira; MARIN, Alda Junqueira. **Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares**. Educação & Sociedade, v. 25, p. 1203-1225, 2004.
- SANTOS, Maria Aparecida Alves dos et al. **Professores não habilitados para o ensino das ciências naturais e suas consequências: teóricas e práticas**. Dissertação de Mestrado, 2015.
- SILVA, A. L., & Freitas, M. E. D. (2016). **Para além dos critérios econômicos do trabalho de baixa renda no Brasil**. Organizações & Sociedade, 23(76), 37-56. doi:10.1590/1984-9230762

STIGLITZ, J. (2012). Introdução. In K. Polanyi **A grande transformação: as origens de nossa época (pp. XI-XXV)**. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto.

SEGUNDO, Thatiana. **Afetividade no processo de ensino-aprendizagem**. Dissertação (Mestrado em Educação) – PUC-SP. São Paulo, 2007.

PASSOS, Laurizete Ferragut; OLIVEIRA, Neusa da Silva Cardoso de. **Professores não habilitados e os programas especiais de formação de professores: a tábua de salvação ou a descaracterização da profissão?**. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 08, n. 23, p. 105-120, abr. 2008. Disponível em [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-416X2008000100007&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416X2008000100007&lng=pt&nrm=iso). Acessos em 14 jul. 2023.

**PINTO, José Marcelino Rezende. Remuneração adequada do professor: desafio à educação brasileira**. Retratos da Escola, v. 3, n. 4, p. 1-17. 2012.

PIRES, Marla Moniely de Sousa. **Trabalho docente e desvalorização do profissional da educação no Brasil**. 2021.

Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <<https://www.transparencia.mg.gov.br/>>. Acesso em: 07 de agosto de 2023.

QUINLAN, M. (2012). **The ‘pre-invention’ of precarious employment: the changing world of work in context**. Economic and Labour Relations Review, 23(4), 3-24. doi:10.1177/103530461202300402.

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira; MARIN, Alda Junqueira. **Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares**. Educação & Sociedade, v. 25, p. 1203-1225, 2004.

- SANTOS, Maria Aparecida Alves dos et al. **Professores não habilitados para o ensino das ciências naturais e suas consequências: teóricas e práticas**. Dissertação de Mestrado, 2015.
- SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Revista Brasileira de Educação, 14(40), p. 143–155, 2009.
- Sistema de Autorizações da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **SIAUT/MG**. Disponível em: < Secretaria de Estado da Educação> Acesso em: 07 de agosto de 2023.
- SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC/ PPGE/LED, 2000. 118 p.
- SOARES, R. A. R.; WEISS, R. A. A educação como socialização em Émile Durkheim. **Revista Espaço Pedagógico**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 13-33, 2021. DOI: 10.5335/rep.v28i1.11520. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/11520>. Acesso em: 5 out. 2023.
- SOUZA, D. T. R. de. (2006). **Formação continuada de professores e fracasso escolar: problematizando o argumento da incompetência**. Educação E Pesquisa, 32(3), 477–492. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022006000300004> Acesso em 10 jul. 2023.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- VIDIGAL, V. **A aparência e a essência da uberização do trabalho**. Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, v. 10, n. 27, p. 174-215, 2023.
- WOLFF, S. (2014). **Desenvolvimento local, empreendedorismo e” governança” urbana: onde está o trabalho nesse contexto?** Caderno Crh, 27(70), 131-150. doi:101590/S0103- 49792014000100010.

